

Jornal: **Boletim do Contribuinte**

Periodicidade: **Quinzenal**

Tiragem:

Data: **01-11-2010**

Secção: **Informações Diversas**

Página: **732**

## **INFORMAÇÕES DIVERSAS**

### **IRC**

#### **Síntese das alterações previstas na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011 e impacto do agravamento das taxas de tributação autónoma**

##### **Perdas por imparidade em créditos**

Passam a ser aceites as perdas por imparidade em clientes de cobrança duvidosa, quando reclamados em Tribunal Arbitral. Actualmente apenas eram aceites os reclamados judicialmente.

##### **Créditos incobráveis**

Para além das situações anteriormente previstas, os créditos incobráveis podem ser directamente considerados gastos ou perdas do período de tributação, desde que tal resulte de decisão de tribunal arbitral no âmbito de litígios emergentes da prestação de serviços públicos essenciais, definidos de acordo

com o respectivo regime jurídico ou os créditos se encontrem prescritos e, neste caso, o valor, por crédito, não ultrapasse o montante de € 750; e não tenha sido admitida perda por imparidade ou, sendo-o, esta se mostre insuficiente.

A dedutibilidade dos créditos considerados incobráveis fica ainda dependente da existência de prova da comunicação ao devedor da anulação da dívida.

##### **Dedução de prejuízos fiscais**

A dedução de prejuízos fiscais depende da certificação legal das contas por revisor oficial das contas nos termos e condições a definir em portaria do Ministro das Finanças. Perspectiva-se a necessidade de intervenção de revisor oficial de contas para certificar os prejuízos, mesmo para as entidades que não estejam legalmente sujeitas à revisão de contas.

##### **Taxas de tributação autónoma**

As taxas de tributação autónoma previstas no Artigo 88.º do CIRC sofrem um aumento correspondente a dez pontos percentuais, nos exercícios em que o sujeito passivo apresente prejuízo fiscal. Também a taxa de tributação autónoma incidente sobre viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, de valor de aquisição superior ao valor fiscalmente aceite, é substancialmente agravada, tendo em conta que a sua base de cálculo passa a abranger a totalidade dos gastos inerentes à viatura, independentemente de serem ou não dedutíveis para efeitos fiscais (vide exemplo no final da tabela seguinte).

#### **TAXAS DE TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA (ARTIGO 88.º DO CIRC)**

<b>Taxa</b>		<b>Proposta do OE 2011</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro Fiscal</b>	<b>Prejuízo Fiscal</b>		
50%	60%	Despesas não documentadas.	Despesas não documentadas (50%).
70%	80%	Despesas não documentadas, quando sejam efectuadas por sujeitos passivos total ou parcialmente isentos, ou que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.	Despesas não documentadas, quando sejam efectuadas por sujeitos passivos total ou parcialmente isentos, ou que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola (70%).
20%	30%	Encargos efectuados ou suportados pelos sujeitos passivos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo custo de aquisição seja superior ao montante fixado nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 34.º (30.000 € para o ano de 2011), independentemente de não serem dedutíveis para efeitos fiscais.	Encargos dedutíveis, suportados pelos sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, respeitantes a viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja superior ao montante fixado nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º, quando os sujeitos passivos apresentem prejuízos fiscais nos dois períodos de tributação anteriores àquele a que os referidos encargos digam respeito (20%).
10%	20%	Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao montante fixado nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 34.º (30.000 € para o ano de 2011), motos ou motocicletas, excluindo os veículos movidos unicamente a energia eléctrica.	Encargos dedutíveis relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos ou motocicletas, efectuados ou suportados por sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola (10%).
10%	20%	Despesas de representação, nomeadamente, as suportadas com recepções, refeições, viagens, passeios e espectáculos oferecidos no País ou no estrangeiro a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades.	Despesas de representação, nomeadamente, as suportadas com recepções, refeições, viagens, passeios e espectáculos oferecidos no País ou no estrangeiro a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades (10%).

Jornal: Boletim do Contribuinte

Data: 01-11-2010

Periodicidade: Quinzenal

Secção: Informações Diversas

Tiragem:

Página: 733

NOVEMBRO 2010 - N.º 21

Taxa		Proposta do OE 2011	2010
Lucro Fiscal	Prejuízo Fiscal		
		Não aplicável	Encargos dedutíveis, suportados por sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, respeitantes a viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujos níveis homologados de emissão de CO <sub>2</sub> sejam inferiores a 120 g/Km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90 g/Km, no caso de serem movidos a gasóleo, desde que, em ambos os casos, tenha sido emitido certificado de conformidade (5%).
5%	15%	Encargos dedutíveis relativos a ajudas de custo e à compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturados a clientes, escriturados a qualquer título, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário, bem como os encargos não dedutíveis nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que os mesmos respeitam.	Encargos dedutíveis relativos a ajudas de custo e à compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturados a clientes, escriturados a qualquer título, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário, bem como os encargos não dedutíveis nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que os mesmos respeitam (5%).
35%	45%	Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido nos termos do Código, salvo se o sujeito passivo puder provar que correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado.	Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido nos termos do Código, salvo se o sujeito passivo puder provar que correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado (35%).
55%	65%	Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas colectivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido nos termos do Código, salvo se o sujeito passivo puder provar que correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado.	Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas colectivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido nos termos do Código, salvo se o sujeito passivo puder provar que correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado (55%).
20%	30%	Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial, abrangendo, neste caso, os rendimentos de capitais, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do mesmo sujeito passivo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.	Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial, abrangendo, neste caso, os rendimentos de capitais, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do mesmo sujeito passivo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período (20%).
35%	45%	Os gastos ou encargos relativos a indemnizações ou quaisquer compensações devidas não relacionadas com a concretização de objectivos de produtividade previamente definidos na relação contratual, quando se verifique a cessação de funções de gestor, administrador ou gerente, bem como os gastos relativos à parte que exceda o valor das remunerações que seriam auferidas pelo exercício daqueles cargos até ao final do contrato, quando se trate de rescisão de um contrato antes do termo, qualquer que seja a modalidade de pagamento, quer este seja efectuado directamente pelo sujeito passivo quer haja transferência das responsabilidades inerentes para uma outra entidade.	Os gastos ou encargos relativos a indemnizações ou quaisquer compensações devidas não relacionadas com a concretização de objectivos de produtividade previamente definidos na relação contratual, quando se verifique a cessação de funções de gestor, administrador ou gerente, bem como os gastos relativos à parte que exceda o valor das remunerações que seriam auferidas pelo exercício daqueles cargos até ao final do contrato, quando se trate de rescisão de um contrato antes do termo, qualquer que seja a modalidade de pagamento, quer este seja efectuado directamente pelo sujeito passivo quer haja transferência das responsabilidades inerentes para uma outra entidade (35%).

Jornal: **Boletim do Contribuinte**

Periodicidade: **Quinzenal**

Tiragem:

Data: **01-11-2010**

Secção: **Informações Diversas**

Página: **734**

Taxa		Proposta do OE 2011	2010
Lucro Fiscal	Prejuízo Fiscal		
35%	45%	Os gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes quando estas representem uma parcela superior a 25 % da remuneração anual e possuam valor superior a 27.500 €, salvo se o seu pagamento estiver subordinado ao diferimento de uma parte não inferior a 50% por um período mínimo de três anos e condicionado ao desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Os gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes quando estas representem uma parcela superior a 25 % da remuneração anual e possuam valor superior a 27.500 €, salvo se o seu pagamento estiver subordinado ao diferimento de uma parte não inferior a 50% por um período mínimo de três anos e condicionado ao desempenho positivo da sociedade ao longo desse período (35%).

**Exemplo ilustrativo do impacto das modificações por via do OE 2011 no Art.º 88.º do CIRC**

	Exercício			
	2010	2010	OE 2011	OE 2011
Resultado Fiscal do ano	50,000.00 €	-35,000.00 €	50,000.00 €	-35,000.00 €
Veículo: Ligeiro de passageiros				
Combustível: Gasolina				
Nível homologado de emissão de CO2: 150g/Km				
Custo de aquisição: 100,000.00 €				
Despesas no ano:				
Depreciação 25,000.00 €	748.20 €	748.20 €	5,000.00 €	7,500.00 €
Gasolina 5,000.00 €	500.00 €	500.00 €	1,000.00 €	1,500.00 €
Reparações 2,500.00 €	250.00 €	250.00 €	500.00 €	750.00 €
Juros leasing 3,500.00 €	350.00 €	350.00 €	700.00 €	1,050.00 €
Total 36,000.00 €	1,848.20 €	1,848.20 €	7,200.00 €	10,800.00 €
		Tributação autónoma sobre encargos dedutíveis		Tributação autónoma sobre encargos suportados

O aumento da tributação autónoma na viatura constante do exemplo supra é de 289,6% ou 484,4%, consoante a entidade apresente lucro ou prejuízo fiscal.

**Despesas com equipamentos e software de facturação**

As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate, nos exercícios de 2010 ou 2011, de programas e equipamentos informáticos de facturação que sejam substituídos em consequência da exigência de certificação do software nos termos do artigo 123.º do Código do IRC são consideradas perdas por imparidade, não sendo necessária a aceitação prévia por parte da Direcção-Geral dos Impostos prevista no n.º 2 do artigo 38.º do Código do IRC.

As despesas com a aquisição de programas e equipamentos informáticos de facturação certificados, adquiridos nos anos de 2010 ou 2011, podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

**Entidades que não exerçam a título principal actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola**

**Dedução de prejuízos fiscais**

Os prejuízos fiscais apurados relativamente ao exercício de actividades comerciais, industriais ou agrícolas e as menos-valias só podem ser deduzidos, para efeitos de determinação do rendimento global, aos rendimentos das respectivas categorias num ou mais dos quatro períodos de tributação posteriores. O prazo anterior era de 6 anos.

**Taxa de IRC**

Relativamente ao rendimento global de entidades com sede ou direcção efectiva em território português que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, a taxa passa a ser de 21,5%.

Colaboração de Dr. João Gomes e Dr. Jorge Pires - Grupo Moneris